

A COREMA, enquanto organização não-governamental de ambiente, não se opõe à implantação de energias renováveis. No entanto, existem certas linhas vermelhas, que são para nós intransponíveis. Estar a querer combater as alterações climáticas através de fontes renováveis maioritariamente à custa da delapidação do património e dos recursos naturais põe em causa a sustentabilidade de um futuro próximo. No caso concreto do Parque Eólico que querem implantar ao longo da costa de Viana do Castelo e de Caminha com tal magnitude põe em questão a preservação da actividade pesqueira e dos ecossistemas marinhos. A inexistência de estudos suficientemente aprofundados e de informações científicas sobre os impactes que o funcionamento destes parques eólicos offshore cria na pesca e nos recursos marinhos apenas deve eleger o princípio da precaução como o principal ponto de partida para qualquer tomada de decisão. Não sendo ainda suficientemente conhecidos os impactes daí resultantes, não se deverá avançar de forma alguma. Pese embora se deva levar em conta aquilo que acabamos de dizer, vai chegando alguma informação muito pertinente acerca dos efeitos nefastos que a instalação e o funcionamento destes parques poderão aportar aos ecossistemas marinhos. Assim, as vibrações que resultam das oscilações das estruturas implantadas por efeito da agitação marítima e, igualmente, o próprio transporte da energia eléctrica gerada através de cabos de grandes dimensões podem propiciar a libertação de ondas magnéticas com uma influência negativa em toda a vida marinha circundante. Sabe-se hoje que o campo magnético da Terra influencia fortemente a deslocação dos animais nas suas migrações anuais.

O Rio Minho possui na sua ictiofauna diversas espécies migradoras anádromas e catádromas, com estatuto de conservação devido ao decréscimo das suas populações, como é o caso do sável, da savelha, da lampreia, do salmão, da truta-marisca, da enguia, e ainda de espécies em que o seu local de desova é incerto, como o caso das solhas, mas que acabam por ser fortemente influenciadas pela componente marinha na foz do Rio Minho. Todas estas espécies podem ver o seu ciclo de vida afectado se estas estruturas provocarem algum tipo de libertação de vibrações sonoras e de energia. Outros impactos que podem surgir com a presença das eólicas em alto-mar é por exemplo a libertação de óleos mecânicos, utilizados frequentemente nas manutenções das maquinarias, que acabam por afectar a qualidade das águas. Altas concentrações de zinco e cádmio nos bivalves, levando à acumulação de metais pesados nos seres vivos filtradores das águas, bem como a utilização de produtos anti-corrosivos nas eólicas podem levar à libertação de componentes indesejáveis para as águas, como o Bisfenol A que actuam como disruptores endócrinos, com efeitos nefastos na saúde humana. Existem outros impactes negativos conhecidos decorrentes da instalação e do funcionamento das eólicas offshore: a morte de aves marinhas e de outras espécies que utilizam os corredores nas suas deslocações coincidentes com a existência de eólicas e o impacte visual que doravante as torres terão para quem contempla o oceano.

Não haverá indemnizações que paguem os prejuízos para a pesca, para o ambiente e para um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável da região do Alto Minho que poderão decorrer da instalação e funcionamento destes parques eólicos. O que está aqui em causa é para nós inegociável!

**A Direcção
da
COREMA**